PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
COMITÊ DE GESTÃO DA ESTRATÉGIA
Ato GP nº 391/2012

ATA DE REUNIÃO

Data	31/08/2017 – quinta-feira
Início	11h30min
Fim	14h

1. Participantes.

Nome	Unidade
Flávio Augusto Castanheira Celano	Secretaria de Manutenção e Serviços Gerais Diretor-Geral em exercício
Ana Luíza Claro da Silva	Secretaria Judiciária
André dos Santos Sant'Anna	Secretaria de Tecnologia da Informação
Cláudia Foffano de Souza	Assessoria da Presidência
Fábio Lami Júnior	Secretaria de Administração
Fernando José da Fonseca	Secretaria de Orçamento e Finanças
Helena Maria Barbosa da Silva	Escola Judiciária Eleitoral
Leandro Quarti Lamarão	Assessoria de Comunicação
Márcia de Moraes Lopes	Secretaria de Gestão de Pessoas
Simone Ferreira de Oliveira e Cruz	Assessoria da Vice -Presidência e Corregedoria
Soraya Previtali Morisson	Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão

Convidados

Nome	Unidade
Luiz Márcio Victor Alves Pereira	Presidência Juiz Gestor de Metas
André Luiz Trindade Rocha	Secretaria Judiciária
Daniel Breuer	Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão
Elidio de Souza Freire Junior	Secretaria de Controle Interno e Auditoria
Eneida Salazar de Moura	Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral
Gisele Goneli de Lacerda	Assessoria Administrativa da Presidência
Odlan Villar Farias	Assessoria Administrativa da Diretoria-Geral
Pedro José Barreiros Acchar	Coordenadoria de Assuntos Judiciários, Planejamento e Treinamento - VPCRE
Tatiana de Freitas Kagohara	Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão
Vivane Emanuela Souza de Almeida	Gabinete da Secretaria Judiciária

2. Pauta

- Análise do Desempenho Estratégico do TRE-RJ relativo aos 1º e 2º trimestres de 2017.

3. Descrição da reunião

1. O Sr. Diretor-Geral em exercício deu início à reunião agradecendo a presença de todos e passou a palavra à Sra. Assessora de Planejamento Estratégico e Gestão.

2. A Sra. Assessora abordou de forma geral o desempenho estratégico do 2º trimestre, ressaltando para o progresso no fornecimento de dados e na análise dos indicadores e objetivos. Esclareceu que serão tratados nesta reunião precipuamente os objetivos priorizados e aqueles que apresentaram resultado mais crítico.

3. Considerando as diversas sugestões de alterações de indicadores, solicitou autorização ao Comitê para que as alterações que não importem em exclusão, inclusão ou modificações em sua estrutura principal sejam realizados entre a Asplan e as áreas envolvidas em sua medição e análise e validadas pelo responsável pelo objetivo estratégico ao qual estiver vinculado o indicador, sem que seja necessária a validação pelo Comitê. Seriam submetidas ao Comitê apenas as propostas de exclusão, inclusão ou modificações de indicadores que impliquem na alteração da estrutura principal. A Diretora-Geral sugeriu que após a validação pelo responsável pelo objetivo estratégico, a proposta de revisão seja submetida à Presidência do Tribunal, o que foi acolhido pelos membros do Comitê.

4. Em seguida, os responsáveis pelos objetivos priorizados e pelos que apresentaram resultado mais crítico passaram a apresentar suas considerações e propostas de melhoria, conforme destacado nos itens a seguir.

4.1. Aprimorar a infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades do TRE-RJ

O Sr. Secretário de Serviços Gerais ressaltou que a melhoria no desempenho se deu devido à uma melhor coordenação dos trabalhos em direção ao alcance do objetivo. Ponderou, no entanto, que algumas metas estabelecidas poderiam ser alteradas, tendo em vista que já se demonstram pouco desafiadoras. Esclareceu, assim, que serão estudadas novas metas para os indicadores, ressaltando que, no trabalho de revisão, deverão ser consideradas as diversas recomendações recebidas pela Secretaria de Manutenção e Serviços Gerais oriundas de auditoria.

Informou que uma medida importante para o alcance do objetivo já está em fase final de conclusão, que é a elaboração da política imobiliária do TRE-RJ, desenvolvida pelo grupo de trabalho designado por intermédio da Portaria DG nº 09/17.

Quanto às iniciativas relacionadas ao objetivo, esclareceu que duas delas estão atrasadas, quais sejam, "Modernização das instalações elétricas do núcleo administrativo do TRE-RJ" e "Sistema de prevenção e combate a incêndio na Sede do TRE-RJ". Informou, porém, que já foram inicializados os processos para as respectivas

contratações. Neste ponto, sugeriu que seja criada uma sistemática para que as contratações estratégicas sejam priorizadas dentro da rotina de trabalho de todas as unidades, o que foi acolhido pelos membros do Comitê.

Com relação à iniciativa "Implantação de CFTV", informou que está em andamento, mantendo-se a expectativa de contratação para este exercício.

Em seguida, passou a palavra ao Sr. Secretário de Administração para informar quanto ao estudo de viabilidade para adequação do Arquivo Central, o qual esclareceu que a equipe do estudo está sendo constituída.

Com relação ao indicador IA70, esclareceu que serão adotadas as providências necessárias para viabilizar a medição já no próximo período.

Ao final, a Sra. Assessora de Planejamento Estratégico e Gestão esclareceu que a Asplan apoiará a SSG na definição de metas e novos projetos atrelados ao objetivo.

4.2. Desenvolver a gestão estratégica de pessoas

A Sra. Secretária de Gestão de Pessoas iniciou esclarecendo que houve uma queda significativa no desempenho do objetivo, decorrente especialmente do desempenho dos indicadores IE 50 e IE 52, relacionados à aderência do PAC e à gestão por competências.

Quanto ao primeiro indicador, informou que houve atraso na aprovação do PAC, o que impactou no desenvolvimento dos treinamentos, levando à queda no desempenho do indicador. Sugeriu que cada unidade analise novamente as demandas de treinamento que ainda não foram realizadas, até a segunda quinzena de setembro, para que a SGP possa trabalhar na substituição ou cancelamento da ação.

Quanto ao IE 52, abordou três pontos que impactam diretamente no desempenho do indicador. Em primeiro lugar abordou a iniciativa "Implantação de sistema gestão por competências", que está atrasada. Esclareceu, porém, que há expectativa de que ocorra ainda neste exercício. Em seguida, abordou a necessidade de regulamentação da sistemática de como será implantado o monitoramento da gestão por competência, bem como da capacitação da equipe da SGP em política de gestão de pessoas.

Considerando que em 01/09/17 será iniciada a citada capacitação, o que permitirá o desenvolvimento da política até o final do exercício, espera-se que, juntamente com a implementação do sistema de gestão por competências, o desempenho do objetivo sofra um forte impacto como um todo.

Com relação às demais iniciativas vinculadas ao objetivo, esclareceu que a contratação vinculada a iniciativa "Formação de gestores da sede" está em andamento, com expectativa de realização até o final do exercício. Quanto à iniciativa "Estudo de viabilidade para implantação de exames periódicos de saúde", está dependendo de uma análise da própria secretária. Já o "Estudo de viabilidade para estruturação dos canais de comunicação do TRE-RJ com o público interno", informou que está em andamento e que se pretende realizar um curso sobre o tema, caso exista disponibilidade orçamentária, tendo a servidora responsável pela iniciativa, Gisele Goneli, comunicado que as atividades estão sendo cumpridas no prazo e que a implementação da iniciativa envolve uma grande mudança de cultura.

4.3. Fortalecer a governança institucional

A Sra. Assessora da Presidência informou que o desempenho do objetivo está bastante crítico. A fim de alavancar o resultado dos indicadores, apresentou as propostas abaixo identificadas, que foram acolhidas pelos membros do Comitê, conforme segue:

- Apresentação pela Asplan de uma proposta do processo de gestão estratégica para validação do Comitê até 10 de outubro. A Sra. Assessora de Planejamento Estratégico e Gestão esclareceu que serão apresentadas as atividades e também o cronograma necessários ao monitoramento da estratégia. Informou, porém, que não será proposta, neste momento, a regulamentação, a fim de que o processo possa ser testado e os ajustes necessários, realizados, previamente à normatização.
- Identificação antecipada das iniciativas estratégicas para 2019. A Sra. Assessora sugeriu a data de 22 de setembro para a realização de reunião, em que sejam definidos os objetivos prioritários para o próximo biênio e apresentadas pela Asplan as orientações para a identificação das ações necessárias ao alavancamento dos objetivos.
- Ativação, até 12 de dezembro, das reuniões da análise crítica com as unidades, para avaliação, pelas equipes de cada área, do desempenho dos indicadores com os quais contribuem.
- Identificação dos processos críticos. Esta atividade será coordenada pela Asplan, que apresentará, até 12 de setembro, uma proposta de processos críticos a serem monitorados para o Comitê, para validação até 22 de setembro. Nesta data também deverão ser apresentados e validados os processos que serão ativados na gestão do dia a dia a partir de uma capacitação cuja contratação está em trâmite.

Com relação à medição do IE22, a Sra. Assessora sugeriu que as respostas para os indicadores a ele vinculados sejam deliberados pelo Comitê de Gestão da Estratégia, em reuniões semestrais, mediante convocação da ASSEDG, que permaneceria responsável pelo lançamento dos dados no Sistema GERIR. Sugeriu, ainda, a manutenção dos atuais responsáveis pela análise, uma vez que todos integram o Comitê. As sugestões foram acolhidas por todos os integrantes do Comitê.

4.4. Combater os ilícitos eleitorais

Considerando o baixo desempenho do objetivo e as dificuldades encontradas com relação à medição dos indicadores, a Sra. Assessora da VPCRE sugeriu que, prioritariamente, seja estruturado o processo de trabalho da fiscalização, a partir do qual poderão ser introduzidas melhorias que impactarão no desempenho do objetivo. Sugeriu, ainda, que sejam sobrestadas as medições dos indicadores de apoio vinculados ao IE 07, considerando que existem diversos aspectos que devem ser definidos e analisados a partir da estruturação do processo de trabalho, para que possam ser estabelecidos os critérios de avaliação da eficiência do TRE-RJ no combate a ilícitos. As sugestões foram acatadas pelos membros do Comitê, que decidiram pela apresentação de uma ficha detalhando a iniciativa relativa ao processo de trabalho da fiscalização, a fim de que seja avaliada sua inclusão no PDE, na próxima reunião de avaliação das iniciativas estratégicas.

Com relação ao IE 06, a Sra. Assessora sugeriu que sejam incluídas no Plano Integrado das Eleições - PIE as ações informativas de combate a ilícitos, a fim de que sirva de parâmetro como ações planejadas para a medição do indicador, o que foi acolhido pelo Comitê.

Informou, por fim, que o estudo de viabilidade para aumento da celeridade dos processos prioritários será apresentado na próxima reunião do PDE.

No que tange à validação das fichas dos indicadores IA 22 – Índice de celeridade de processos prioritários de 1º grau e IA 23 – Índice de celeridade de processos prioritários de 2º grau, deliberou-se pela adoção do mesmo procedimento aprovado pelo Comitê ao início da reunião.

4.5. Garantir a celeridade e a eficácia na prestação jurisdicional

A Sra. Secretária Judiciária iniciou a apresentação do objetivo informando que existem duas situações que impactam consideravelmente o desempenho do objetivo. A primeira é a capacidade de análise dos processos de prestação de contas pela Secretaria de Controle Interno – SCI, que não possui pessoal suficiente para atender a demanda de processos. A segunda é o maior concentração de processos em alguns gabinetes de juízes membros. A Sra. Secretária informou que, buscando solucionar tais questões, apresentou sugestões ao Juiz Gestor de Metas, Dr. Luiz Márcio Victor Alves Pereira, que está tratando junto à Desembargadora-Presidente. Esclareceu que o objetivo das tratativas é o de traçar uma estratégia junto aos membros para que o julgamento dos processos seja otimizado.

Ao ensejo, a Sra. Secretária salientou que a realização de força tarefa não é a melhor solução, tendo em vista que o trabalho requer conhecimento especializado.

Por fim, ressaltou que todas as iniciativas elencadas no PDE relacionadas ao objetivo estão em dia.

5. Após apresentação dos responsáveis pelos objetivos priorizados e com desempenho mais crítico, a Sra. Assessora de Planejamento Estratégico e Gestão, considerando a deliberação de realização de reunião no dia 22 de setembro para iniciar o processo de Identificação das iniciativas estratégicas para 2019, informou que após a realização de videoconferência com a equipe técnica do TSE, a COENG sugeriu a realização de projeto piloto de implantação de sistema de energia fotovoltaica no Núcleo Administrativo do Caju, propondo que seja avaliada a oportunidade de realização dessa iniciativa entre 2018 e 2019. Em seguida a Sra. Assessora da VPCRE ventilou a hipótese de se realizar o estudo de dimensionamento da força de trabalho do Tribunal em 2018, considerando a liberação de servidores dos cartórios, em função do rezoneamento, e a consequente reestruturação das unidades do Tribunal.

6. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião.

4. Pendências

- Apresentação pela Assessora da VPCRE, na próxima reunião de avaliação do Plano Diretor da Estratégia – PDE, da ficha referente à iniciativa para estruturação do processo de fiscalização.
- Apresentação pela Assessora da VPCRE, na próxima reunião de avaliação do Plano Diretor da Estratégia – PDE, do estudo de viabilidade para aumento da celeridade dos processos prioritários.

De acordo:

Flávio Augusto Castanheira Celano

Ana Luíza Claro da Silva

André dos Santos Sant'Anna

Cláudia Foffano de Souza

Fábio Lami Junior

Fernando José da Fonseca

Helena Maria Barbosa da Silva

Leandro Quarti Lamarão

Marcia de Moraes Lopes

Simone Ferreira de Oliveira e Cruz

Soraya Previtali Morisson

Convidados:

Juiz Luiz Márcio Victor Alves Pereira

André Luiz Trindade Rocha

Daniel Breuer

Elidio de Souza Freire Junior

Eneida Salazar de Moura

Gisele Goneli de Lacerda

Odlan Villar Farias

Pedro José Barreiros Acchar

Tatiana de Freitas Kagohara

Vivane Emanuela Souza de Almeida